

O terceiro excluído



Por **JOÃO PAULO BACHUR***

Considerações sobre o livro recém-lançado de Fernando Haddad

Qualquer projeto de desenvolvimento nacional que transcenda as contingências e o pragmatismo imediatista da política real tem de lidar com a contradição estruturante do Brasil (mas também das democracias capitalista industrializadas) – a alienização de parte da população como estratégia de dominação e manutenção das estruturas de poder. No caso brasileiro: das estruturas arcaicas de poder funcionalizadas pelas especificidades do capitalismo periférico em sua origem no latifúndio monocultor escravocrata e patriarcal, uma origem que reiteramos cotidianamente. Essa, a tese central do novo livro de Fernando Haddad, *O terceiro excluído: contribuição para uma antropologia dialética*.

A tese, se não formulada exatamente dessa maneira, parece reproduzir de forma fidedigna a empreitada de Fernando Haddad em sua totalidade, para além da leitura de tradições intelectuais aparentemente díspares, reconectando o pensamento crítico a um projeto de intervenção política – o intelectual e o político, a teoria e a prática. Essa tese, a um só tempo, herda a tradição frankfurtiana de leitura crítica rigorosa, inclusive fora da zona de conforto do marxismo tradicional, mas também aponta para a intervenção política concreta, algo que a velha Escola de Frankfurt nunca tomou como tarefa.

Lê-se: “Das teses teóricas defendidas neste livro, pode-se tirar toda uma linha de ação política. Até porque uma das conclusões a que se chega é a de que não há, do ponto de vista biológico ou cultural, absolutamente nada que impeça a espécie humana de se conceber como um único grupo aberto à alteridade radical. Práticas desalienizantes, em todos os âmbitos da vida social, econômica, política, racial, sexual etc., são facilmente imagináveis, assim como as consequências históricas de seu sucesso: menos carências materiais e espirituais” (p. 21). Se a obra não detalha esses passos, é porque eles compõem uma tarefa prática, e não teórica.

Alguns comentários apressados se detiveram na superfície do que pretende o livro. A obra de Fernando Haddad conecta o desenvolvimento nacional com o horizonte utópico da emancipação humana. A tarefa se filia à melhor tradição do pensamento crítico e à melhor linhagem de interpretação do país – mesmo que não haja um capítulo específico sobre problemas concretos do Brasil, é essa a preocupação que o conceito central da obra – o neologismo “alienização” – transmite. Pois uma forma de compreender o Brasil é vislumbrar como nossa sociedade está inteiramente apoiada em práticas massivamente excludentes, bestializantes.

O livro está estruturado em três capítulos intensos, em que três tradições intelectuais (a moderna síntese da biologia, a antropologia e a linguística) são postas à prova. O que conecta essas partes? A resistência ao impulso cientificista oriundo da biologia que se projeta sobre as ciências sociais. Mais uma vez fiel ao projeto frankfurtiano, Haddad afirma que o conhecimento da sociedade se guia por uma lógica essencialmente não-positivista, porque determinada pela contradição. É conhecido o fascínio que Darwin exercera sobre Marx e há, inegavelmente, uma teleologia em Marx – uma “lei” da causalidade histórica necessária, decorrente da luta de classes e da evolução da sociedade capitalista a um patamar superior de civilidade – que impregnou de forma definitiva a tradição marxista, e da qual a velha Escola de Frankfurt procurou se desfazer. Fernando Haddad se filia a esse projeto.

Em linhas muito gerais, a moderna síntese da biologia pretendeu explicar o surgimento da vida sem reduzi-la a fenômenos puramente físico-químicos. Não bastava explicar que a evolução ocorrera, como fizera Darwin; a moderna síntese avançou

nos estudos populacionais para explicar a variação genética em populações de indivíduos, a seleção das mutações nessas populações e sua transmissão às novas gerações. O problema é que a biologia pretendeu derivar dessa lógica evolutiva tanto a explicação da cultura quanto da linguagem. Mas cultura e linguagem seguem lógicas próprias, diferentes porque fundadas na contradição: “Assim como a passagem da física e da química para a biologia é transcendente, quando a partir de processos físico-químicos se instaura a vida, a passagem da biologia para a cultura é igualmente um movimento transcendente, em que uma dimensão não nega a anterior, apesar do caráter disruptivo de ambas: a origem da vida e o aparecimento da linguagem humana. Se a linguagem simbólica é, de fato, um resultado da evolução, ela produz uma “outra” natureza que vai além da biológica” (p. 18).

E, para explicar a especificidade da evolução cultural e simbólica, Fernando Haddad apresenta dois conceitos: alienização e revolucionar.

Gilles Deleuze afirmou certa vez que um livro deve solucionar um erro ou um problema de compreensão, trazer algo essencial sobre um tema ou desenvolver um novo conceito. O livro de Haddad parece satisfazer esses critérios. O autor busca, em *O terceiro excluído*, apresentar uma leitura dialética da dinâmica cultural, tensionando a descrição usual da antropologia e politizando, de forma imanente, a construção da cultura como um processo apoiado em uma contradição fundante – a negação do outro como pessoa. Para tanto, apresenta o conceito de *alienização*. A história da sociedade humana não é apenas a história da luta de classes, mas também a história dos processos de despersonalização e alienização. Fernando Haddad não usa reificação para esse processo, o que seria um anacronismo.

Alienação designa a contradição fundante do processo social: a relação social se dá não apenas entre *ego* e *alter*, mas entre *ego* e *alter* à custa de *alien* – à custa do terceiro excluído, da base da pirâmide social, o elemento não incluído na própria auto-compreensão da sociedade. Aqui Haddad recupera uma intuição de sua tese de doutoramento – o papel da violência (da guerra de conquista) na fundação das civilizações. Nesse trabalho anterior, Fernando Haddad buscou oferecer um contraponto à proposta de Habermas para a reconstrução do materialismo histórico, mostrando que o início da organização social não é a construção de um mundo da vida em que impera o *telos* do entendimento comum, mas a violência da subjugação. A alienação cria a base da sociedade ao excluir dela o escravo – seja nas culturas antigas, seja na sociedade colonial – e essa despersonalização é justamente a sombra do Iluminismo. Nota-se uma alternativa clara à simplicidade da releitura de Axel Honneth da relação entre senhor e escravo. Por isso, a mudança e a evolução cultural configuram um processo contraditório que não segue a lógica da evolução biológica – designado pelo verbo *revolucionar*. As sociedades revolucionam: mudam repondo a contradição da relação triádica entre *ego*, *alter* e *alien*. O terceiro excluído é o negativo da civilização, sua sombra e condição de possibilidade. Nessa chave, a antropologia se torna (tem de se tornar) dialética.

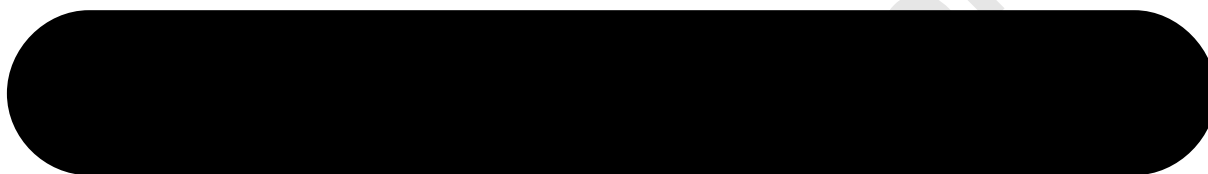
A tarefa de uma antropologia dialética é lançada por Theodor Adorno e Max Horkheimer no último capítulo da *Dialética do esclarecimento*, em que alguns apontamentos são apresentados de forma fragmentária. Neste clássico do pensamento crítico, Adorno e Horkheimer apontam os efeitos contraditórios do Iluminismo – sua estrutura equivalente ao mito, os limites impostos pelo imbricamento entre Esclarecimento, ciência e razão instrumental, e os efeitos políticos dessa racionalidade hipostasiada, que culmina no Estado fascista. Nessa história, o Esclarecimento rompe os limites do próprio Esclarecimento. A partir desse diagnóstico, impõe-se a tarefa de uma antropologia dialética.

Adorno e Horkheimer formulam a tarefa em termos muito gerais: “Na história europeia, a ideia do homem exprime-se na maneira pela qual ele é distinguido do animal. A ausência da razão no animal prova a dignidade do homem. (...) O mundo do animal é um mundo sem conceito. Nele nenhuma palavra existe para fixar o idêntico fluxo dos fenômenos, a mesma espécie na variação dos exemplos, a mesma coisa na diversidade das situações”. Há uma passagem do homem como animal (retratado pela biologia) ao homem simbólico (que vive em uma cultura estruturada linguisticamente) apoiada no *pressuposto* da razão. Haddad refaz a passagem da biologia à cultura simbólica para desfazer essa pressuposição racionalista. Essa passagem é contraditória porque nega o fundamento do ser humano – a sua própria natureza humana. É um processo de alienação.

Com isso, Fernando Haddad continua e expande o projeto frankfurtiano – tarefa absolutamente indispensável nos dias atuais, em que a chamada teoria crítica da sociedade se converteu em uma filosofia moral do direito, enquanto os movimentos sociais parecem ter se perdido em diferenças reciprocamente intransponíveis que circunscrevem o alcance do diálogo, a força da linguagem na construção de um projeto comum. Haddad continua o projeto frankfurtiano, por um lado,

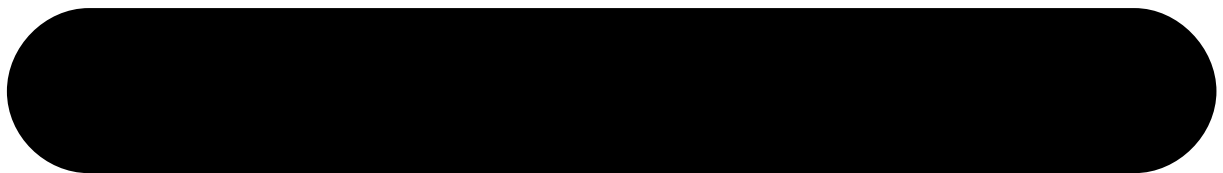
ao submeter a moderna síntese da biologia, a antropologia e a linguística à crítica imanente. Lança as linhas de uma antropologia dialética em uma espécie de adendo à *Dialética do esclarecimento*. Mas expande o alcance para além de Frankfurt, por outro lado, porque a tarefa é feita tendo em vista o projeto de desenvolvimento nacional ancorado em uma utopia emancipatória. Pretende superar a inércia da teoria diante dos desafios do mundo real.

Há, no novo campus da Universidade de Frankfurt, um memorial para Theodor Adorno: sua escrivaninha é preservada em uma redoma de vidro, no meio do campus:



a terra é redonda





Adorno-Denkmal Goethe-Universität Frankfurt am Main. Foto João Paulo Bachur.

Curiosamente, o memorial é uma boa metáfora para representar o estágio atual da teoria crítica da sociedade. A verdadeira tarefa é quebrar a redoma. Reapropriar-se da potência intelectual da tradição crítica para resgatar o comprometimento com a transformação do mundo. Essa, ao que parece, é a chave de leitura para situar *O terceiro excluído*, de Fernando Haddad, na tradição intelectual em que ele se filia.

***João Paulo Bachur** é professor de direito constitucional do IDP/Brasília. Atualmente é pesquisador visitante do Departamento de Teoria Interdisciplinar do Direito no Instituto Max-Planck de Frankfurt. Autor, entre outros livros, de *As portas do labirinto: para uma recepção da teoria social de Niklas Luhmann (Azougue)*.

Referência

Fernando Haddad. *O terceiro excluído: contribuição para uma antropologia dialética*. Rio de Janeiro, Zahar, 2022, 286 págs.

A Terra é Redonda